

António Ferreira Gomes

CARTAS AO PAPA

sobre alguns Problemas do nosso
Tempo Eclesial pelo Bispo Resignatário do Porto

2.^a Edição

SANTO PADRE:

«Sinfonia Conclusiva»

Frequentemente tenho pensado em escrever a Vossa Santidade sobre alguns problemas gerais da vida da Igreja hoje em dia, como eles aparecem a um bispo que tem tido uma vida episcopal bastante longa e não pouco trabalhada de experiências de vária ordem. Sempre esta vontade foi, até agora, contrariada pela minha natural timidez e pelo que tal «ousadia» poderá ter de novidade ou extravagância e ainda pelo que pode parecer revestir-se de impertinência ou irreverência.

Que um bispo escreva ao Papa está muito bem, pensa-se geralmente; mas em relatórios diocesanos, pedidos de dispensas ou respostas a consultas dos Serviços da Cúria Pontifícia; para além disso, quando muito, a pedir a bênção do Santo Padre para as pessoas ou coisas diocesanas. O resto, todo o resto é silêncio... respeitoso, ao menos e principalmente para Aquele a quem mais interessa.

Permaneciam e permanecem, não obstante, no meu espírito, as razões positivas do que se me afigura ser um serviço da Igreja, razões que me parecem tornar-se mais imperativas e não menos urgentes em razão da minha idade e da resigna-

ção do serviço episcopal, que oportunamente pedi e que Vossa Santidade benevolmente me concedeu.

Mas foram finalmente as palavras mesmas de Vossa Santidade sobre o envelhecimento, valor e sentido da idade avançada, bem como algumas palavras que me dirigiu pessoalmente, que me decidiram a vencer todas as razões contra e a começar a escrever neste Dia Internacional do Idoso (28-X-1982) e as vésperas do ano de 1983, anunciado como Ano Internacional da Terceira Idade (ou do Idoso?).

É que, na verdade, por muito tempo procurava, para mim mesmo ou para outrem, a melhor maneira de traduzir o que sentia sobre o envelhecimento dum homem e dum bispo e sobre o que podia ser, para mim como para os outros, essa entrada na terceira (ou quarta) idade; e que utilidade poderia ter a aposentação duma longa vida e duma variada experiência, para a Instituição que servimos e para aqueles que, depois de nós, serão chamados a servi-la. Apesar dessa longa reflexão e talvez um pouco por isso, foi como uma forte impressão de novidade e frescura que pude ler as palavras de Vossa Santidade proferidas na catedral de Munique, em Novembro de 1980, palavras que me permito aqui transcrever: «A velhice é o coroamento dos estádios da vida. Ela reúne tudo o que se aprendeu e foi vivido, quanto se fez e foi alcançado, o que se sofreu e foi suportado. Como, no final de uma grande sinfonia, retornam os temas dominantes da vida para uma poderosa síntese sonora. E esta ressonância conclusiva confere sabedoria, bondade, paciência, compreensão e esse precioso coroamento da velhice — o amor».

Parece-me das coisas mais tristes e lamentáveis, na história da Humanidade e da Igreja, o desperdício da experiência acumulada pelos pais em relação aos filhos ou de cada geração para com a geração seguinte. Se isto é assim na sucessão familiar, ainda mais o é na sucessão ministerial da Igreja, que é por definição Tradição viva. Que padres ou bispos, atingido o limite de idade e retirados do serviço e responsabilidade imediatos duma comunidade eclesial, nada tenham

a dizer, a bem do comum, parece-me ser uma grande perda e como que uma quebra da tradição — tradição accidental, evidentemente, mas ao serviço da grande Tradição — que tanto interessa à vida da Igreja.

Bispos conheci que, retirados depois de uma vida cheia de trabalhos, experiência, sabedoria e amor, se quedam no silêncio (e porventura em alguma repetição de gestos e palavras conformistas) por amor da paz, paz talvez sua e dos outros. Recordo particularmente um grande Bispo, a cuja recordação me prendem gratas memórias de solidariedade, admiração, veneração e amizade: D. Moisés Alves de Pinho, arcebispo aposentado de Luanda que se empenhava em escrever as suas Memórias, das quais me falava com muito interesse e com certa ansiedade, durante bastante tempo, por não ver possibilidades financeiras de as publicar. Quando finalmente encontrou um amigo benemérito que tomou a responsabilidade da edição, quis fazer-me participante da sua alegria por ver realizado esse grande sonho da sua vida. Na euforia comparticipada desses momentos, disse-lhe alegremente:

— Vamos então, Sr. Arcebispo, saber finalmente algo da substância dos seus avisos para Lisboa nos relatórios anuais, desde muito antes da guerra colonial (e que, como me dissera, eram desatendidos e guardados nos cofres do Ministério, como «segredos de Estado»), das posições assumidas pela Igreja, antes e durante a guerra, da atitude do clero branco e indígena, etc. etc.

— Não, respondeu-me ele, dessas coisas não falo. É que, sabe, essas coisas ainda dividem...

Respeitei a posição do venerando Arcebispo; mas pensei para mim, e penso ainda, que se no nosso testemunho e na nossa acção de bispos houvéssemos de pensar sempre no que pode dividir, nada ou muito pouco de útil poderíamos dizer ou fazer. No fundo das questões e por via de regra, quem menciona um facto importante ou enuncia uma doutrina empenhativa não divide os espíritos: encontra-os dividi-

dos sobre factos ou doutrinas e o que pode acontecer-lhe é que a menção desse facto ou doutrina seja detonador dessas divisões. Por isso já Jesus-Infante foi prenunciado como *signum cui contradicetur*. E a Igreja não pode deixar de ser isso mesmo...

Creio bem que Vossa Santidade quando se referia à grande sinfonia final em que «retornam os temas dominantes da vida para uma poderosa síntese sonora», punha todos esses valores ao serviço dos outros ou da sociedade, em coroamento da velhice no amor, sem perguntar se este era aceite ou recusado, se dividia ou se procurava passar à margem dos problemas que dividem os homens.

E creio que é especialmente pela superioridade desta espécie de testemunho-testamento dos velhos, a sobrepor-se tendencialmente às considerações de pessoas, do tempo e do espaço em que viveram que levava Vossa Santidade a concluir que «o Papa se inclina com respeito diante da velhice e convida todos a fazerem o mesmo com ele»...

Envolvido neste convite, activa e passivamente, eu não posso deixar de exprimir a pena que experimento ao ver Bispos cheios de experiência, sabedoria e amor ao Povo de Deus e à Igreja institucional retirarem-se a um silêncio de quem nada tivesse a concluir da sua vida ou de quem considerasse que o magistério anda inerente à jurisdição e com ela deve terminar. O ministério do magistério, sim, esse termina com o serviço e jurisdição ministeriais. Mas o magistério da vida é outra coisa; e creio bem que o estar desvinculado duma Igreja particular mais vincula à Igreja universal; e, ao mesmo tempo, dá maior liberdade de espírito para ver os problemas da Igreja fora dum lugar e dum tempo determinados e para, não obrigando a ninguém, poder interessar mais a todos.

Tenho pensado às vezes se esta abstenção dos Bispos resignatários — que essa abstenção se traduza pelo silêncio ou pela mera repetição das palavras e gestos de sempre, agora um pouco mais no vazio — não provirá de pensarem

que as novas gerações ou os novos em geral já nada querem nem esperam dos velhos, por outras palavras, que os filhos, se não praticam «a morte do pai», se limitam a esperá-la. Vem-me espontaneamente ao espírito a lembrança do «Maio-68» nas Escolas sobretudo de Paris em que muitos professores fugiam dos alunos, se calavam para com eles ou tentavam acomodar-se e ecoar os seus epifonemas ou *slogans*, parecendo pensar que toda aquela turbulência e grande chinfrim era uma revolta contra eles, como «pais», era abolição do paternalismo, era enfim «a morte ritual do pai». Observadores mais atentos e perspicazes descobriram e explicaram que era diametralmente o contrário: era toda uma juventude em revolta contra a Escola «não-directiva», à procura dum «pai» (professor, preceptor, a figura clássica do mentor) e não o encontrando...

Assim, *servatis servandis*, dos Bispos resignatários...

«O Famoso Bispo»

Referi-me até agora às palavras gerais de Vossa Santidade; e permiti-me citar e aproveitar um trecho mais directo e que mais influiu no meu ânimo, dentro desse plano geral. Mas permito-me ainda referir os contactos pessoais com V. Santidade, as atitudes e palavras que me dirigiu.

No Simpósio dos Bispos europeus de 1975, quando ao fim foram decididas duas mesas-redondas ou *carrefours*, à escolha de cada um, Vossa Santidade, então Arcebispo de Cracóvia, preferiu aquele que foi anunciado como *carrefour* sobre «a Revolução em Portugal e as suas perspectivas do ponto de vista da Igreja». Tivemos nós, os dois bispos portugueses participantes do Simpósio, de fazer a exposição e dar a nossa impressão sobre os acontecimentos, a atitude da Igreja e as previsões de futuro eclesial. Eu apresentei os factos, dei uma valoração positiva do essencial da mudança, referi a evolução desviada e perigosa do processo revolucionário então em curso, mas manifestei uma opinião confiante

nas qualidades do nosso povo, nas possibilidades de evitar o pior e numa certa vontade política das maiores forças partidárias, real apesar de todas as críticas contrárias, de sair do desvairo em que se tinha caído; de mais, que todos os partidos sem excepção do comunista tinham querido evitar a questão religiosa e procuravam conseguir a boa vontade ou tolerância da Igreja.

O então Bispo de Coimbra, sem me contradizer formalmente, deu uma visão sombria e pessimista dos factos e das possibilidades, visão que provinha da sua própria análise mas decerto também duma tal ou qual tendência pessimista proveniente duma insuficiência cardíaca, que dentro de algum tempo o levou à morte súbita. De entre os Bispos presentes o maior número, principalmente dos da Europa comunista, manifestava-se abertamente a favor da visão pessimista e algum me dizia: — Não se iluda, são todos os mesmos: o que querem é conquistar os católicos, mas na hora da decisão vão pelo partido contrário à Igreja.

Na longa troca de impressões, de vária argumentação e valoração, impressionou-me particularmente a atitude do Cardeal Arcebispo de Cracóvia: muito atento e sereno, sem manifestar preferência por qualquer dos lados, mas parecendo não perder nada do que se dizia. Ao fim falou... da Polónia; mas com uma superioridade, um domínio das emoções, uma confiança no seu Povo e na História, que era tudo o que eu queria para Portugal (menos, evidentemente, a situação geográfica e de facto histórico).

Na visita de Vossa Santidade à Polónia, tive a honra de representar o Episcopado português. Na audiência de cumprimentos que V. Santidade se dignou dar-nos, aos Bispos convidados, no Paço Arquiepiscopal de Cracóvia, quando consegui chegar a beijar o Seu anel, V. Santidade saudou prontamente o bispo português do Simpósio de Roma e deu-me toda a impressão de recordar especialmente a mesa-redonda sobre Portugal: Portugal, onde o pior tinha sido evitado.

Quando, como peregrino de N. Senhora de Fátima, V. Santidade visitou Portugal, ao cumprimentar V. Santidade no refeitório do Santuário e depois no primeiro encontro no Porto, quase me perguntava se V. Santidade, no meio de tantas manifestações e emoções, não recordaria já o bispo resignatário do Porto, isto é, não teria disponibilidade para trazer ao espírito a sua imagem e memória. Foi por isso com surpresa e bem compreensível emoção que, na esplanada do Regimento de Artilharia da Serra do Pilar, ao receber os meus cumprimentos de despedida, Vossa Santidade exclamou, por sinal em bom e sonoro português: — «Ah, o famoso bispo do Porto!»

Bispo famoso, talvez: de boas e más famas... Na Cúria Vaticana e na Diplomacia Pontifícia, com belas e notáveis excepções, antes más que boas famas. Na verdade só a autoridade suprema e responsabilidade imediata dos três Papas que precederam João Paulo I e Vossa Santidade impediram que as más prevalecessem sobre as boas... Razão mais próxima e pessoal, a inscrever-se no plano das razões gerais, para lembrar certas coisas do passado e corrigir certas más famas, quando injustas e imerecidas.

Claro que se todos tivessem a coragem de certo Monseñor que, na breve espera e subida do ascensor da Secretaria de Estado, sabendo decerto quem eu era e que estava impedido de entrar no meu País e Diocese, encontrou tempo e achou oportuno fazer um breve mas encomiástico panegírico do autocrata português, se todos tivessem essa frontalidade e transparência de associações, tudo estava julgado e não havia que falar mais disso (como então não falei). Mas nem tudo é tão claro nas «famas» do bispo do Porto; e, por isso, a bem da verdade, da história e do futuro da Igreja, há que falar de algumas, entre muitas outras coisas que podem ser deixadas em silêncio.

Evidentemente não vou escrever «memórias», como tais. Não teria já tempo, mas também considero inútil falar, por falar, de si, dos seus feitos e defeitos, enfim compor a sua

imagem para a história, que talvez não venha a interessar a muitos. Se nem sequer tive e alimentei um «diário íntimo», para recolher os meus sentimentos, reacções aos factos e estados de alma...

Mas, se não posso escrever «memórias», como memórias, não poderei deixar de rever alguns problemas da Igreja, que no meu entender podem interessar a todos os responsáveis sob o ângulo da minha pessoal e nem sempre agradável experiência. *Pathémata mathémata* — diziam os gregos; e, na verdade, quando a saúde não é boa, cada um é que sabe onde lhe doi.

Mas, se falar e ao falar de factos que por mim passaram — e não é *como* e *porque* passados comigo que eles interessam aos outros e que deles falo — procurarei não esquecer o preceito do velho Tácito de escrever *sine ira et studio*. E, na parte em que fale de acontecimentos que fizeram história ou podem fazê-la, procurarei nunca esquecer a regra de ouro, de raiz ciceroniana, dada à historiografia por Leão XIII: — *Ne quid falsi dicere audeat; deinde ne quid veri non audeat; ne qua suspicio GRATIAE SIT in scribendo, ne qua simultatis.*

Carta-Aberta, Como e Porquê?

Escrever pessoalmente um bispo ao Papa, dir-se-á, se bem que não seja ordinário, pode compreender-se. Expor ao Papa pontos de vista sobre problemas da Igreja um simples bispo, sem qualquer qualificação curial ou diplomática, para mais resignatário, será menos compreensível, mas ainda passa. Agora escrever e tratar problemas em carta-aberta ao Papa, como e porquê?

Pois bem, creio que Vossa Santidade e aqueles que porventura me lerem, se me lerem benevolmente, compreenderão as razões que imperam no meu ânimo e me parecem objectivamente justificadas até este ponto: bispo

resignatário, a tratar em Igreja dos problemas que a esta são postos pelo nosso tempo e a expô-los ao Papa *coram Populo Dei*.

Um *bispo resignatário*, por deixar de exercer jurisdição sobre uma diocese, isto é, por deixar de «mandar nos padres», como dizem alguns da plebe, nem por isso deixa de ser bispo da Igreja. Em certo sentido pode entender-se o contrário: desligado duma diocese e da participação activa numa conferência episcopal, passa a estar mais directamente vinculado à Igreja universal; e poderá assim encarar como mais próprios os problemas gerais da mesma Igreja, vistos naturalmente à luz da sua experiência de serviço duma Igreja particular, mas agora em perspectiva mais ampla e universal. Concretamente, o ser resignatário tira ao bispo certos direitos mas liberta-o das servidões resultantes do ministério e magistério episcopais. Mais concretamente ainda, ninguém poderá agora pensar que qualquer tomada de posição que eu possa assumir ou parecer assumir irá autorizar alguém a aproveitar-se dessas posições ou opiniões para libertar-se da disciplina eclesiástica ou discutir as orientações dos responsáveis por ela. Demais e em princípio, apresentar ou discutir problemas não é sempre dar soluções.

Que a Igreja deste nosso tempo *tem problemas* sabe-o Vossa Santidade melhor que ninguém, porque lhes sente todo o peso e experimenta a dificuldade de encontrar-lhes solução. Que Vossa Santidade tenha autoridade na Igreja ninguém o nega (a não ser alguns loucos do fanatismo ideológico); mas outra coisa há que pensar a respeito do *poder efectivo*. Há quatro anos que V. Santidade vem ensinando nas homilias das quartas-feiras, com grande empenhamento pessoal e extraordinária elevação doutrinal, os princípios que fundamentam o matrimónio cristão na sua unidade, indissolubilidade e santidade. Pois a um bispo muito «espiritual» (não português) ouvi eu responder a outros bispos, que o interrogavam sobre essa homilética (certamente um pouco perplexos, também): — «Oh, aquilo não é pastoral».

Mas não menos significativo é que no Sínodo dos Bispos sobre a Família, quer nas reflexões e intervenções, quer nos documentos conclusivos (que parece não terem entusiasmo de ninguém) mal se reconhecem, se é que mesmo existem, reflexos do esforço doutrinador de Vossa Santidade.

E neste contexto seria porventura inoportuno lembrar a recente criação duma «prelatura pessoal», termo dum longo processo em que as forças internas da Igreja, aos mais altos níveis, se opuseram entre si de forma tão radical?!...

Estes meros exemplos, ao lado de tantos outros que se podiam citar, mostram que o *poder efectivo* do Papa na Igreja está longe de coincidir com a sua *legítima autoridade*. Por isso penso que de pouco valeria que um bispo solitário e resignado, por carta fechada e confidencial, desse conhecimento a V. Santidade das suas cogitações (as quais, se e quando acertadas, Vossa Santidade terá pensado antes e melhor que ele). Uma apresentação pública de problemas que são públicos, o seu exame e discussão serenos e transparentes por todos aqueles que estão sinceramente interessados na vida e futuro da Igreja, isso, sim, que pode ajudar; e não sei se mais possa ajudar quem não está em postos de mando.

Assim sendo, dirijo-me primariamente ao Papa, que é quem tem a suprema responsabilidade de orientar os estudos, análises e projectos e quem virá a ter a última palavra. Mas penso também na Colegialidade Episcopal que «com Pedro e sob Pedro» deve dirigir a Igreja e responder aos problemas que lhe são postos por cada tempo, nesta espécie de «Concílio disperso», que é a Igreja apostólica ou diocesana, em todos os tempos e lugares, a caminho evidentemente de novos Concílios «convocados» (e oxalá que totalmente ecuménicos).

Mas penso também nos sacerdotes, religiosos e fiéis que são a Igreja no seu todo, Igreja que não pode dispensar a Hierarquia, mas não é só esta, Igreja convocada e convocante, segundo o velho princípio, geral mas especialmente eclesial, de que «o que é de todos deve ser tratado por todos».

Sempre com a reserva de que tratar não é resolver, participar não é fazer-se juiz em causa própria — não há matérias *tabu*, mas há uma disciplina em várias matérias — e que a última palavra pertence à Sede própria.

Direi finalmente que tudo quanto venho pensando e tenciono escrever provém directa ou indirectamente, mais próxima ou remotamente do último Concílio. Foi para mim, como para muitos, uma revelação e um deslumbramento: uma visão da Igreja na sua apostolicidade e actualidade. Mais do que isso, desde a Comissão Preparatória, em que participei, até às sessões e decisões *in aula* de S. Pedro, «vi» o Espírito Santo, trabalhando com os homens, mas apesar deles e tantas vezes parecendo brincar com eles e mesmo em certos casos troçar deles: *ludens coram eo omni tempore . . . draco iste quem formasti ad illudendum ei . . .* Assim actuou o Espírito: assim continua . . .

Tudo pois quanto escrever considero-o em confirmação, realização e explicitação do Concílio Vaticano II. Se alguma coisa for achada contra isso, desde já a dou por não escrita.

*Em Cristo Jesus e na Igreja Santa,
Santo Padre João Paulo II,
Todo Vosso*

De Vossa Santidade
M.^{to} grato e dedicado no Senhor

† António Ferreira Gomes,
(Bispo resignatário do Porto)

Ermesinde — Porto.
Outubro e Novembro de 1982.

*ESCREVER «MEMÓRIAS» OU EXIGIR «MEMÓRIA
E RESPONSABILIDADE»?*

CARTA II

SANTO PADRE:

Agora, que é bispo resignatário duma grande Diocese e com uma vida episcopal bastante experimentada, deve dedicar-se a escrever as suas «Memórias» — dizem uns.

Bom será que não escreva «memórias» — pensam e temem outros — «porque sabe de mais»...

Pois bem, entre escrever ou não escrever as minhas «Memórias», entre os desejos de uns e os receios de outros, posso assegurar que não escreverei as *minhas* «Memórias», em primeiro lugar, porque nunca pensei nisso, depois porque não vale a pena e porque finalmente já não teria tempo.

Pois se eu nem sequer cultivei e alimentei um «diário íntimo»!...

Não quer dizer que não tivesse tido essa tentação, pois bem sabia que há «diários» pessoais que são documentos notabilíssimos. Mas, embora reconhecendo as vantagens pessoais e porventura alheias, o certo é que, além de ter mais que fazer, sempre me encontrei entre as duas pontas do dilema: ou escrever tudo e expor-me ao que reconhece a autora do livro de título bem expressivo, «*La Folie en Tête*» — «eu digo tudo, se me ridiculizo, tanto pior»!...

A outra ponta do dilema, não menos *cornuta*, seria escrever aquilo que fosse favorável à nossa figura e objectivos ou particularmente edificante para os outros.

Esta segunda alternativa é sem dúvida a mais aceitável, sobretudo para quem exerceu funções de responsabilidade na Igreja, mas devo confessar que, por mais que haja de reconhecer que quem exercer funções episcopais tem de se aceitar, ao menos em certa medida, como homem interposto entre Deus e o comum dos homens, sempre fui muito sensível às dificuldades inerentes a interpor um *eu* humano entre Deus e os homens.

Segundo a imagem da sabedoria oriental, o sábio tem de levantar o seu dedo para apontar a lua ao comum das gentes; mas há sempre o perigo de a gente ficar a olhar para o dedo e não ver a lua. Tanto pior se o sábio também fica a olhar o seu dedo. Na Igreja temos de ser representantes e no culto, palavra e acção, temos de ser actores: oxalá que tão bons representantes e tão perfeitos actores que só o Representado aparecesse à assembleia e só o Autor fosse visto e ouvido. *Opportet illum crescere me autem minui*: ser diminuído até *in capite*, na cabeça cortada do Baptista, segundo comenta um Padre da Igreja. Mas isso exige tanta perfeição que, a não ser em autênticos santos, mais é de temer a hipocrisia...

Da outra ponta do dilema — escrever tudo — é decerto o modelo mais acabado de certa cultura, o mais alto expoente da confissão total ao papel impresso, H. Amiel e o seu «Diário». Quase podíamos dizer que se esqueceu de viver para se experimentar, se observar, se escrever e se imprimir. Debruçado sobre o seu Diário, dia a dia anota os seus estados de alma, os movimentos da sua psicologia, da sua emotividade e mesmo da sua fisiologia, quer em condições de saúde quer como doente. Resulta a imagem dum professor metódico, ordenado, meticoloso, tímido, reservado e criador natural de dedicações sobretudo femininas. Pois bem, ao seguir certas páginas do seu Diário, sobretudo quando fala

dessas dedicações, poucos leitores poderão abster-se de exclamar, com um Gregório Maraño: — Mas este homem tão correcto e gentil afinal era um monstro!

Pois bem, nem santo, nem monstro; hipócrita, tão-pouco... Não escrevo as minhas «Memórias».

Não quer isto porém dizer que enterre os testemunhos da memória ou fuja a assumir as minhas responsabilidades. Cada um deve assumir-se em pleno, ainda mesmo que às vezes lhe seja preciso confessar, como José de Maistre: — Eu não sei o que é a consciência dum criminoso, mas sei o que é a consciência dum homem de bem; e sinto horror...

Dizem no Patriarcado de Lisboa que o Cardeal Cerejeira queimou em vida a sua correspondência com o Presidente do Conselho. Se assim foi, podemos perguntar-nos se com isso pensou servir o seu correspondente ou a si próprio. À história é que com certeza não serviu.

Mas, pensando bem, nem aos próprios correspondentes nem à justiça para com a sua memória conviria tal destruição. É que a qualquer historiador futuro duma fase tão importante da nossa história, perante tal acto voluntário de fuga ao juízo objectivo da posteridade, julgar-se-á no direito de presumir o pior.

Talvez tenha pensado que essas cartas, como pessoais e escritas em estilo de amizade (da sua parte, diga-se) eram particulares e portanto do seu puro direito. Na verdade lembro que em algum caso em que nos leu, em sessão da Conferência Episcopal, algumas dessas cartas, ele se dirigia ao Presidente do Conselho com o simples vocativo «António»; e recebia dele a resposta, encabeçada de forma correspondente — «Manuel». Acrescento mesmo que uma vez tive a ousadia de dizer perante a Conferência, eu então jovem bispo, que apreciávamos esse tom familiar e amigo, mas que achava que dias e assuntos chegariam em que ele, como Presidente da Conferência, deveria dirigir-se ao «Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho de Minis-

tros» e esperar dele resposta ao «Eminentíssimo e Rev.mo Cardeal Patriarca, Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa».

Talvez tenha sido uma primeira irreverência, mas cria então e creio ainda mais hoje que se as boas relações pessoais podem facilitar o tratamento dos negócios entre a Igreja e o Estado, tais negócios não deixam de ser do direito tanto da Igreja como do Estado; e que portanto, qualquer que seja o estilo usado, os documentos respectivos não podem ser subtraídos à história de uma e outra instituições. Até porque, além do mais, se a história é a mestra da vida, não pode ser obra apenas de panegiristas indocumentados...

No dia 24 de Janeiro do ano corrente, 50.º aniversário do acesso de Hitler ao poder, o Episcopado da Alemanha Federal publicou um vasto e profundo documentário, sob a epígrafe de «Memória e Responsabilidade». Na mesma data fez pública a breve mas densa e lúcida Declaração de Würzburg, na qual reconhecem e assumem as responsabilidades do catolicismo alemão, nas austeras palavras seguintes: — «Já temos dito e agora repetimos: nós sabemos que a Igreja também foi culpada». E depois de um sumário e condensado juízo de valor sobre o que houve de bem e de mal na atitude dos católicos, comentam: — «Não é de acusação nem de justificação que se trata; deve ser questão de autocrítica».

Nós, que estamos de fora, devemos reconhecer, sem espírito de justificação ou de acusação mas de crítica objectiva, que se na Alemanha houve católicos que se associavam às maiores abominações do regime (na medida em que as conheciam, o que não era facto geral) também é verdade que muitos católicos, padres e bispos mostraram uma fidelidade e coragem notáveis, até ao sacrifício dos seus bens, dos seus direitos de cidadãos e até da própria vida. Creio que, apesar dos horrores do nazismo, nenhuma outra Igreja, quer na média dos fiéis quer nos expoentes maiores da sua

catolicidade, tem direito a desdenhar da Igreja alemã ou a considerar-se melhor...

E o Episcopado alemão ocidental termina a Declaração de Würtzburg por esta expressão formidável: — «A atitude que nos permite, sem sermos colhidos de surpresa, ir ao encontro do dia de Jesus Cristo, é a mesma de que temos necessidade para fazer face à História».

Na lógica desta lúcida e corajosa convicção, já há mais de vinte anos, os Bispos alemães ocidentais criaram uma Comissão para a História Contemporânea. Por ocasião deste 50.º aniversário o Presidente da Conferência, Cardeal Hoefner, convidou o Presidente da dita Comissão, Prof. Konrad Repgen, a tomar posição sobre o resultado dos estudos da Comissão e sobre os trabalhos que já elaborara. Repgen, depois de fazer uma apreciação equilibrada e matizada mas objectivamente crítica do comportamento católico, informava que a sua Comissão já tinha publicado trinta volumes, largamente documentados e com rigoroso aparato crítico, e mais vinte monografias sobre a história do catolicismo alemão, desde 1933 a 1945.

Não posso agora dar conselhos nem fazer críticas, mas tenho muita pena de que em Portugal não se faça nada de semelhante, antes pareça querer esquecer-se o passado, sobretudo o passado recente. Coisas para esquecer, diz-se frequentemente e parece pensar-se que, se nós esquecermos, os outros também esquecem.

Sempre ouvi dizer, desde a escola primária, que o presente não tem história; e sempre também, desde os tempos da escola primária, discordei dessa afirmação. Pois que mais nos pode interessar do que a história dos nossos dias, as suas lições e as atitudes a tomar? Até a história do passado mais remoto só podemos interpretá-la à luz dos factos e ideias de que somos testemunhas e compartícipes.

Poderá objectar-se que a história recente de Portugal não é tão dramática nem as opções do nosso Estado tão radicais e terríveis como as da Alemanha. Se assim é, por um lado e

em certa medida, não é menos verdade que, por outro lado e em medida proporcional, a nossa história, objectiva e criticamente estudada, não teria menor interesse, antes pelo contrário.

Assistimos, como se sabe, ao desfecho de cinco ou seis séculos de história pátria. Desde o princípio da segunda dinastia, o País orienta-se para Marrocos e depois para o Mar Tenebroso e para os continentes distantes. Ainda hoje ao meditarmos sobre tais empreendimentos, nos sentimos abismados diante da ousadia de conceber tais planos e de levá-los por diante. Reconhecendo a devida quota parte de influência dos outros factores, é preciso admitir que só uma grande visão da história, uma concepção «profética» do mundo a abrir-se para o homem e uma grande fé, uma imensa fé, podem dar uma chave de interpretação para esta grandiosa e lúcida aventura, evidentemente superior às nossas forças. Superior às nossas forças, esse espírito de missão exigia uma concentração das forças disponíveis e uma grande fé. Essa fé partia decerto duma confiança ilimitada em nós próprios mas era acima de tudo fé em Deus, Senhor da História. Por isso não é de estranhar que a concentração das forças nacionais levasse também à concentração das forças morais e religiosas. Tal unidade de moral e ortodoxia religiosa teria sido aceitável, se fosse livre, como na base popular realmente o era, e se não estivesse concentrada nas mãos do poder civil e não estivesse protegida contra marginais e dissidentes por um «tribunal da fé», de criação também real. Esse tribunal e futura grande potência político-religiosa foi a Inquisição. Vergonha da Igreja, sim, mas só enquanto é vergonha da Humanidade e das nações que a adoptaram; sem esquecer que as outras nações, pela mesma época, tiveram vergonhas iguais, como os processos de bruxaria que nesse tempo queimaram mais pobres mulheres, ditas bruxas, do que a Inquisição matou herejes, e com procedimento judicial muito menos formal, mais parcial, popular e supersticioso. Condenar a violação da consciência

pela Inquisição não é ignorar que a Cristandade se encontrava cercada pelo Islam — uma ponta do crescente chega à França (Poitiers) pelo Ocidente e depois pelo Oriente a outra ponta chega a Budapeste — e infiltrada por dentro pela cultura islâmica — averroísmo latino, erotismo oriental, licença matrimonial sultanesca principalmente dos reis e dos fidalgos. Quando as perturbações políticas da Reforma protestante vieram ainda enfraquecer frentes já tão frágeis, não admira que o povo e os políticos de então reclamassem medidas de defesa da ortodoxia nacional.

Mas que a Inquisição «espanhola» é uma criação real, lá como cá, bastará lembrar que, em Portugal, depois do pedido de D. Manuel ao Papa e das repetidas, empenhativas e às vezes ameaçadoras insistências de D. João III, este rei acaba por estabelecer o tribunal da fé em Évora, Lisboa, Coimbra e Porto, com juízes, oficiais e autos de fé. É certo que o «Piedoso» sabia guardar certas formas. Assim, para o processo que deu causa no Porto ao primeiro e único auto de fé, o «Piedoso» manda juízes, por ele designados do clero de Braga, mas escreve ao bispo D. Baltasar Limpo que eles iriam «para o auxiliar no julgamento dos feitos» da Inquisição. E o bispo responde ao rei, com a mesma amabilidade (e talvez intimamente com alguma ironia) que esses juízes de nomeação régia o ajudaram a «descarregar a consciência».

Depois de terem sido instituídas inquisições nas cidades mais importantes, depois de estas terem actuado, provocado delações, prendido umas 1800 pessoas, promovido autos de fé com relaxes ao braço secular, só uns seis ou sete anos depois é que a bula *Meditatio cordis* veio reconhecer o facto consumado e precisar melhor o funcionamento, cautelas e limites do processo legítimo, começando por oferecer nesse ano de 1507 uma reconciliação geral.

Há já bastantes anos escrevi alguns textos a tomar posição sobre o problema da Inquisição. Estava no exercício do serviço episcopal e fi-lo, não apesar de ser bispo, mas preci-

samente por ser bispo. É que os procedimentos que constava serem os da polícia política, a mentalidade que grassava entre muitos membros da Igreja e o próprio facto de o regime ser havido por muitos como católico pareceram-me obrigar a julgar do passado para tomar consciência do presente. É que o erro e vício fundamental do processo da Inquisição tem muito de comum com o das polícias políticas actuais, se não são limitadas pelo Estado de direito: é quererem entrar na consciência das pessoas, forçar essa consciência a aceitar a «verdade» e a «bondade» de certa política, enfim fazer uma conversão à força, e porventura com prémios pela «conversão».

Escrevendo sobre a Inquisição eu não esperava evidentemente obter a concordância de todos; mas ainda assim não esperava que houvesse ainda tantos «inquisidores» e «familiares» entre nós, até no meio eclesiástico.

Ora bem, no último meio século assistimos ao desfecho duma história multissecular de «abrir novos mundos ao mundo», de «dilatir a fé e o império», de «do mundo a Deus dar parte grande», enfim de «cristãos atrevimentos» que nos levaram habitualmente além das nossas forças e recursos. Desfecho este que antes se quis fosse uma recapitulação, para continuar, e em parte o foi: a história repetese, mas em caricatura.

Ora nestes cinco ou seis séculos de «história trágico-marítima», que foi epopeia, calvário e quotidiano (com o seu *pondus diei et aestus*), a Igreja tomou sempre parte e foi sempre havida como parte grande, o que bem se vê das palavras mais significativas do poeta nacional acima citadas. Não admira pois que na recapitulação final também estivesse presente e continuasse a história do passado (em caricatura, sob vários aspectos).

Sob ventos favoráveis ao totalitarismo que largamente sopravam desde o Atlântico aos Urais — mais cronologicamente, desde os Urais ao Atlântico — tivemos neste «jardim da Europa à beira-mar plantado» um modelo de Estado tra-

dicionalista, nacionalista, absoluto e «católico», como uma «aliança do trono e do altar», que, se já não podia ser real nem legal, era bem aparente dentro e fora do País, no companheirismo de lenticia coimbrã e depois na amizade sempre continuada e *afectada* dos dois chefes supremos e indiscutíveis da Igreja e do Estado. Ora é esta história contemporânea que era bem preciso estudar, por tantas e tantas razões, principalmente porque aí se reflecte e compendia toda a história de Portugal. De forma caricatural, repito, e cheia das crispações de quem vê o abismo abrir-se diante.

De alguma forma podemos ver este final prefigurado na lenda inicial de D. Fuas Roupinho que, em cavalgada louca atrás do diabo, que se transformara em veado de caça, para o levar ao despenhadeiro mortal do Sítio da Nazaré, se encontra subitamente em face do abismo do mar, lá em baixo, da enorme altura: invoca a Virgem, dá de rédeas ao cavalo, este finca as patas na rocha, encabrita-se, e aí fica o herói nacional imóvel e estático entre o infinito do mar profundo e o infinito do céu altíssimo.

Este seria o símbolo da «Situação», como muito justamente se chamou a si mesmo esse «Estado Novo». Esta estase duma situação política e depois militar, sob invocações da Virgem nem sempre muito ortodoxas, não podia ser a estase de Portugal, visto que o nosso Povo não aceita ser transformado; qual mulher de Lot, em estátua de sal, não obstante, como diz o poeta de nossos dias, muito do sal do mar serem «lágrimas de Portugal».

Lágrimas e bem amargas fez chorar este período de reacção histórica (na realidade, anti-histórica) que, à maneira de couce de tiro de má pontaria, feriu indiscriminadamente muitos que se conservaram católicos, outros que abandonaram a Igreja, por esse motivo, e outros que já não lhe pertenciam mas a observavam de fora. De uns e de outros, muitos que subsistem ou seus sucessores parecem dirigir à nossa Igreja aquela palavra que o Cardeal Montini e seus acompanhantes dirigiram no princípio (ou melhor, na transi-

ção do «primeiro» para o «segundo» Vaticano II) aos Padres Conciliares: — *Ecclesia, quid dicis de te ipsa?*...

Quando, há algumas dezenas de anos, se projectava entre nós lançar a revista de história eclesiástica *Lusitania Sacra*, Mons. Miguel de Oliveira pediu-me insistentemente para escrever as palavras de apresentação e orientação da revista. Como tive de ceder a essas insistências, resolvi aconselhar a que, além dos trabalhos de heurística, exame documental, biografias, monografias, etc., isto é, trabalhos de análise, tratassem também de elaborar trabalhos de síntese, filosofia da história, visões críticas de conjunto, hipóteses interpretativas de causalidade, correlação e finalidades, enfim a «ciência» da história. Bem sabia que um trabalho assim, mais pessoal, subjectivo e universalizante, era sem dúvida mais delicado e susceptível de inautenticidade; seria no entanto o mais útil e mais capaz de tornar a história ciência da vida e mestra da vida.

Acompanhei um pouco o curso de publicação da *Lusitania Sacra*, verifiquei com gosto o mérito de muitos artigos, bom trabalho de investigação, descobertas e análises documentais, etc.. De aquilo que eu também propunha, muito pouco ou quase nada. É certo que isso, além de reflexão, espírito crítico, capacidade indutiva e dedutiva, espírito de abstracção e universalização, requer também coragem intelectual, com risco de provocar choques com ideias feitas e reacções dos *idola tribus* e talvez dos *idola fori* e *idola theatri*, contra as opiniões do historiador e às vezes contra a sua pessoa e curso de vida (sobretudo quando a revista foi lançada).

Pois bem, poder-se-ia pedir alguma coisa de parecido quanto à história contemporânea da Igreja? Lembremo-nos que, de aqui a alguns séculos, se não apenas a alguns decénios, a «Revolução da Ordem», a «Situação», o «Estado Novo» serão para a maior parte dos portugueses apenas vagas sombras perdidas na noite dos tempos. A Igreja porém continuará e será sempre a mesma Igreja. É pois de prever

que, assim como agora tanta gente reduz a larga, profunda, em muitos pontos brilhante e benemérita história de Portugal católico de outrora, às palavras Inquisição, Jesuítas . . . pronunciadas com horror, assim também poderá acontecer com este período da vida da Igreja e do Estado, em relação aos males que se imputem à sociedade portuguesa deste período. O Estado também dura, é certo; mas há sempre um Estado «novo» para alijar as culpas sobre Estados «velhos».

Desde o Concílio, a Igreja mostrou-se particularmente atenta à sua imagem *ad extra*: enviada a todos os povos, mesmo aos mais afastados de longe ou de perto, tem de fazer-se compreender para poder ser amada e aceite como *Mater et Magistra*. Utilizando o formidável pensamento dos Bispos Alemães, a Igreja tem de avançar face à História na mesma atitude com que vai ao encontro do dia de Jesus Cristo. Isto obriga-a a um grande esforço para consciencializar-se de si mesma e do mundo a que está enviada. Ora a consciência de qualquer colectividade é a sua história. Vivamos pois em consciência, vivamos da «Memória e Responsabilidade». Mas para isso era preciso, em Portugal como na Alemanha, que, de entre os mais competentes, imparciais e conscientes investigadores e historiadores, alguns fossem comissionados e mandatados para fazer a história crítica da Igreja portuguesa entre as idades do mundo que experimentamos. A ignorância crassa e supina não desculpa; e, se afectada, ainda agrava a culpa . . .

Enquanto isto escrevo, Vossa Santidade na sua segunda visita à Polónia exorta o seu Povo a manter a sua identidade e guardar a independência de alma, na fidelidade à sua história; e a fixar dessa mesma história lições de moderação e prudência, para evitar os desastres de outrora . . . Pois bem, que essas palavras ressoem também em Portugal, aos ouvidos destes «polacos do Ocidente», como alguém nos chamou, em sintonia e reforço daquelas que nos dirigiu, quando estive entre nós!

Com a mais profunda veneração e alta admiração, me
subscribo

De Vossa Santidade
M.^o grato e dedicado no Senhor

† *António Ferreira Gomes*,
(Bispo resignatário do Porto)

Ermesinde, Porto, 1983.

DIÁLOGO DA IGREJA COM A CULTURA

CARTA III

SANTO PADRE:

A criação e instituição do Conselho Pontifício para a Cultura, determinada por Vossa Santidade em Maio do ano passado, parece-nos ser uma das iniciativas de maior significado e alcance do Vosso Pontificado e da qual podem resultar os melhores frutos para a Igreja. Poderá vir a ser um órgão permanente de comunicação da Igreja com a Cultura, isto é, com o Homem do nosso tempo mas no que ele tem de supratemporal, com o Homem na consciência de si e da História.

O Concílio e a Cultura

O Concílio, ao tratar da devida promoção da Cultura e seu progresso, sobretudo no Capítulo II da Constituição *Gaudium et Spes*, não poupa as expressões de valoração do progresso cultural, da contribuição necessária da Igreja para esse progresso e dos benefícios que dela podem resultar para a causa de Deus entre os homens do presente e do futuro.

Acentua-se sobretudo o carácter de novidade que deve aceitar-se e que haverá de moldar o contributo da Igreja para o progresso cultural. Fala-se expressamente de «uma nova idade da história humana», reconhece-se que «somos teste-

munhas hoje dum novo humanismo» e acentua-se, para os cristãos, «a responsabilidade para com os irmãos e diante da história». Concretiza-se mesmo um dos aspectos fundamentais do progresso cultural, que é sem dúvida crucial para a futura acção da Igreja que é a consciência e vontade de existência sobre si e por sua conta do homem moderno: «no mundo inteiro progride cada vez mais o sentido da autonomia».

Ao lado desta consideração, do avanço da Cultura no mundo inteiro, vem naturalmente a recomendação do respeito pela cultura particular de cada povo. Mencionando esta dimensão, estamos a lembrar que o diálogo da Igreja com a Cultura se deve alargar ao seu diálogo com as várias culturas.

Aculturação e inculturação

Esta consideração da pluralidade das culturas com que a Igreja se tem encontrado e continua a encontrar-se nas dimensões da história e da geografia levaria a considerar os problemas da aculturação e da inculturação (como se diz desde a Mensagem ao Povo Cristão do Sínodo de 1977).

Isto levar-nos-ia muito longe; e assim poderemos encerrar esta matéria com a recordação dum episódio ocorrido na aula conciliar com um Bispo chinês. Este bom Bispo, expulso da China e residindo na Europa, inscreveu-se para falar e falou longamente em defesa dos valores do seu povo (contra os comunistas) e alargou as suas considerações à valorização das culturas aborígenes, às tradições primitivas dos Povos, à revelação universal, aos *semina Verbi*, etc.. Com tanto entusiasmo e tão longamente falou que o Cardeal Presidente — por sinal, se a memória me não atraiçoa, também ele de estirpe asiática (arménio) — acabou por interrompê-lo, dizendo-lhe: — Senhor Bispo, falou tão bem que já todos estamos convencidos; apesar disso teríamos gosto de continuar a ouvi-lo, mas o seu tempo acabou...

Cultura ecuménica de hoje

Com muito respeito pelas várias culturas particulares, devemos reconhecer que a cultura tende por si mesma ao universal. Podemos bem dizer que toda a cultura ou é já universal ou tende para sê-lo; sob pena de não ser cultura. Haverá de reconhecer-se que certas atitudes de veneração, diremos mesmo actos de culto para com particularismos aberrantes de cultura, quando passam de simples folclore, denunciam ou descrença na própria cultura universal ou sucedâneos da anticultura que grassa há bastante tempo nos vários ramos da cultura ocidental.

Deixou escrito o Concílio (G. S. 54): — «Pelos meios (materiais) de cultura prepara-se pouco a pouco um tipo de civilização mais universal que faz avançar a unidade do género humano e a expressa».

Esta unidade do género humano, que hoje se realiza e expressa pelos meios técnico-científicos, teve de começar pela exploração da geografia planetária e pela descoberta e encontro com as gentes isoladas e fechadas sobre si. É na origem dessa missão histórico-transcendente de afrontar e devassar os oceanos e continentes Atlântico, Índico e Pacífico que os Portugueses, juntamente com os nossos irmãos espanhóis, estivemos ao serviço da Europa e da Fé cristã.

Considerando as grandes migrações dos povos, que geralmente seguem a rota do Sol, de Oriente para Ocidente, podíamos ver as grandes ondas migratórias euro-asiáticas, quase sempre terrestres, detidas por um tempo de séculos diante do Mar Tenebroso; e zarpando enfim contra as trevas do mistério geográfico e do futuro histórico. Isto dá-se no princípio da Renascença, participa da mesma força expansiva e conquistadora em todos os domínios e dá ou confirma no homem renascente, em nome da geografia e do saber empírico, uma outra imagem do universal, que substitui e empana o brilho das ideias puras, o conceito mediévico do universal metafísico.

Nominalismo, voluntarismo e Renascimento

Com o Renascimento, de dominante pagã, nasce também o Protestantismo.

Ora o Concílio em que participámos foi acusado, pelo cisma econiano principalmente, de ter introduzido o Protestantismo na Igreja ou de ter protestantizado a Igreja. É grave confundir o fim da Contra-Reforma com a protestantização da Igreja.

Como não se trata tanto de juízos de valor quanto de reacções de sentimento, posso testemunhar pessoalmente. Ao deambular pelos espaços da aula conciliar, muitas vezes pensei e algumas vezes o confidenciei aos amigos: — Dizem que aqui, em S. Pedro, só entram agora os bispos e os herejes. É certo que vemos, aqui ao lado, anglicanos, luteranos, calvinistas, etc.. Mas, na verdade, atendendo ao ambiente dos nossos estudos e deliberações, parece que estamos mais perto e mais irmanados com as vítimas de Calvino e Lutero ou da Inquisição do que com os juizes do tribunal da fé ou com os heresiarcas contrários.

Defendendo a liberdade religiosa, a obrigação de seguir a própria consciência, a necessidade que a profissão do Evangelho resulte na vida mesmo social e política, etc., estamos mais perto dum Miguel Servet, dos anabaptistas, dum frei Valentim da Luz, do que de quem os exterminou «por amor de Deus»...

Do lado protestante «Lutero foi comumente considerado como o fundador duma nova Igreja» — reconhece a Comissão mista católico-luterana, na sua Declaração de 6 de Maio deste ano, por ocasião do quinto centenário do nascimento de Martinho Lutero.

Aí está o seu mal: rompeu as barragens e depois quis deter as águas, mesmo naquilo que a história foi mostrando ser seu domínio legítimo. E, juntamente com isto, ter deixado misturar a fé com o nacionalismo ou até ter confiado os

seus destinos às estruturas estatais, o que, antes de ser anti-teológico, é anticultural.

Na verdade, do lado protestante, tido como «herói da fé», a essa glorificação juntou-se frequentemente a sua exaltação como «herói nacional»; «por outro lado, certas fraquezas da organização das Igrejas protestantes tornaram-se manifestas, em particular a sua integração nas estruturas do Estado» — confessa ainda a mesma Comissão católico-luterana.

Prescindindo de quaisquer qualificações teológicas, devemos reconhecer que nacionalismo e estatalismo são na sua essência e tendências anticulturais, pois que toda a cultura ou é universal ou tende para o universalismo; e o Estado deve ser um fenómeno de Cultura, mas não vice-versa.

Cultura de «Curva a cerviz»?

Nesta «nova idade da história humana» em que estamos situados, dentro deste «novo humanismo» que devemos viver, é bem tempo de acabar a velha fórmula de «conversão»: — «Curva a cerviz, fero Sicambro, queima o que adoraste e adora o que queimaste».

Certamente ninguém pensará hoje em tais imposições, feitas expressa e claramente, em matérias religiosas. Mas, além de pressões e objecções, sobretudo de estruturas políticas, que levam o mesmo caminho, que isto seja a favor de qualquer teísmo ou de ateísmo, devemos no mundo católico evitar todas as reminiscências e equivalências em matéria de Cultura.

Uma das formas mais subtis, dissimuladas e actuaes destas reminiscências e equivalentes está em partir do pressuposto, geralmente não afirmado e talvez não pressentido, de que tudo quanto se passou nos domínios da Cultura durante séculos, é como se não tivesse existido e como tal se pudesse simplesmente postergar.

Sabemos que a Reforma católica que marca a Era moderna, depois da grande crise que afectou a Igreja no fim da Idade Média, foi vista por muitos apenas como contra-Reforma; e essa visão negativista ainda não desapareceu totalmente de muitas mentalidades. Para dar a estes problemas a sua devida dimensão e horizonte histórico, podíamos começar por dizer que o movimento que podíamos chamar de adolescência e de independentização para com a Igreja começou muito antes das Reformas protestante e católica. Apetecia quase tomar a frase da *Gaudium et Spes* sobre a situação actual — «no mundo inteiro progride cada vez mais o sentido da autonomia» — e transliterá-la da seguinte maneira: na história cultural inteira, desde o fim da Meia-Idade, progride cada vez mais o sentido da autonomia...

Poderíamos começar por advertir que na grande Escolástica se funda e cresce o conceito de autonomia, de harmonia com a tese de Tifelich na sua «Teologia da Cultura» de que a Cultura é ao mesmo tempo autonomia e teonomia.

Mas, deixando o grande plano teocêntrico da pessoa humana como aquilo que é *propter se quaesitum in universo*, consideremos o avanço da autonomia como parte do progresso do antropocentrismo (legítimo ou ilegítimo). Este progresso antropológico, legítimo no sentido da encarnação do Verbo de Deus, ilegítimo no sentido talvez do velho filósofo grego de que o homem é por si a medida de todas as coisas (*pántôn, chremátôn metron anthropos*), tal progresso foi-se definindo, a partir do nominalismo parisiense, como uma espécie de transição do espaço da inteligência para o espaço da vontade e portanto do poder. Antes avançava-se da ciência para a consciência; agora, na era moderna, é da ciência para a potência que se quer progredir. Saber é poder, vai-se repetindo cada vez mais desde Descartes. O próprio matematismo epistemológico cartesiano ou o geometrismo spinozista — pensar e argumentar *more geometrico* — são tentações de construtivismo da verdade e depois dos valores.

A par disso e com isso, como causa e efeito, vai crescendo o interesse pelo concreto, pelo conhecimento técnico, pelo empirismo do saber, pelo experimentalismo e tecnologismo. Este nominalismo, espécie de cansaço da inteligência pura a favor da inteligência manual e construtivista levará finalmente ao construtivismo social, traduzido no conhecido epifonema: a filosofia já se ocupou demasiado de compreender o mundo, o que é preciso é transformá-lo. Os gregos já diziam que o homem é inteligente porque tem mãos; mas não se esqueciam que deve também ter cabeça. Agora joga-se entre o andar sobre a cabeça do racionalismo hegeliano ou repor o homem a andar sobre os seus pés; mas este andar sobre os pés, no materialismo marxiano, dum homem todo feito «universal concreto», é tanto ou mais idealista do que a Ideia pura de Hegel.

Este normalismo e voluntarismo metafísicos, esta opção pela vontade contra a inteligência, pelo querer contra o ser, pela potência contra a consciência, este progresso que também se poderia ver como regresso do *homo sapiens* ao *homo faber*, tais fenómenos e outros da mesma ordem são sem dúvida deformações da verdade global, desvios do recto caminho do pensar e agir. Mas falar de deformações significa que há uma forma, falar de desvios significa que há uma via direita; importa não perder a forma por causa das deformações, nem recusar a via por medo dos desvios.

É de evidente necessidade examinar se tal acidente não terá acontecido e em que medida terá acontecido: se, conforme a conhecida imagem, não se terá por vezes deitado fora a criança com a água do banho. Deverá decerto reconhecer-se que em certas escolas e em vasta literatura católicas, geralmente em nome dum neotomismo tresnoitado, se condenava às gemonias todo o pensamento e cultura post-medievais. Dizia-se mesmo às vezes, de forma sumária e contemptível, que toda a história da filosofia moderna e contemporânea era o cemitério de todos os erros e disparates que se disseram depois de S. Tomás.

Mas a coisa chegou mesmo ao mais alto da escala doutoral. Assim, por exemplo, um teólogo como Karl Rahner que tem consumido a sua vida a responder às interpelações que a Cultura contemporânea põe, expressa ou implicitamente, à Igreja e a inserir as doutrinas filosófico-teológicas actuais na continuidade das exigências da especulação ontológica de sempre, da qual Tomás de Aquino é um dos mais altos expoentes, Rahner tem sido reprovado como não tomista, como infectado do espírito do tempo e infiltrado pelo idealismo filosófico, e até de, por ocasião do Concílio, (antes de nele ser admitido, pelo Papa, como perito oficial) poder tender a ofuscar o sol romano com os nevoeiros germânicos.

Não menos significativo é que o cisma econiano (muitíssimo mais largo que o seu núcleo de Ecône), começando por acusar o Concílio de introduzir o protestantismo na Igreja, logo passa a acusá-lo de igual pecado a favor da Revolução Francesa e da sua «abominável trilogia» de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, e vem a terminar na denúncia do Concílio como adoptando o modernismo, o que para Ecône significa aceitar qualquer espécie de modernidade. Quer dizer que para o integrismo eclésio-teológico a Igreja deve considerar que na história cultural do mundo se abriu um enorme vazio ou *Chaos magnum* duns cinco séculos durante os quais não houve senão erros e perversões.

Acusar o Concílio de ter tido e expressado uma visão contrária significa uma grande intuição a respeito da sua atitude de fundo para com o integrismo e quanto ao discernimento a usar com o bloco imenso e multiforme da modernidade ou do mundo que nos foi dado viver e que devemos viver como dádiva e como tarefa (*Gabe, und Aufgabe*, no dizer alemão).

A cultura hodierna e os «Mestres da suspeição»

O diálogo da Igreja com a Cultura tem de pôr o *homo ecclesiasticus* em conversação de ideias com as culturas,

assim de cada povo ou etnia como igualmente mas, com maior alcance e interesse, também de cada século ou idade civilizacional.

Como hoje se pode bem falar duma cultura ecuménica, é com essa que o homem da Igreja tem principalmente de conversar. Esta conversação da Igreja com a cultura ocidental, hoje virtual ou actualmente ecuménica, não pode ignorar que do outro lado está o homem que, depois do nominalismo «parisiense», ouviu Descartes, Spinoza e Galileu, que, depois do empirismo «inglês», ouviu Kant e Hegel e que chegou ao «século das Luzes» conduzido pelo deísmo racionalista da *Aufklärung*, ou pelo anticatolicismo mais ou menos ateu da Enciclopédia.

Esgotados os recursos das ciências naturais e físico-químicas contra a Tradição cristã ou contra Deus e o seu Cristo, pela «ilustração» do século XVIII, a marcha do pensamento humano não pode parar e por isso o século XIX, ao lado do romantismo que é o último termo do voluntarismo substituindo a inteligência e vontade pelo sentimento, descobre e cria as «ciências humanas», que devem ser e melhor se chamariam ciências do espírito, a saber, principalmente a antropologia cultural, a sociologia e a psicologia. Mas este belo passo em frente, do qual muito se podia e pode ainda esperar, é logo estorvado e inflectido pelos legítimos filhos da *Aufklärung* passada.

Nietzsche chama a si a cultura grega e oriental para criar um supercristianismo de substituição, para opor o seu super-homem ao sobrenatural cristão, para pôr o seu Zaratustra a cantar um contra-Evangelho, às vezes com as próprias imagens, perspectivas e até mesmo semiótica e linguística do Evangelho. Quer dizer que a antropologia cultural, na mesma medida em que aponta os abismos insondáveis do humano, está abrindo o caminho do Mistério absoluto que, em última análise, chamamos Deus.

Marx, ao lado da sua actividade de revolucionário teórico, mais ou menos virulenta conforme os tempos e as

circunstâncias, considera que o homem está ainda por fazer, tem vivido a sua pré-história. Vai agora realizar-se a história do homem, fazendo com que cada indivíduo seja portador da Humanidade, isto é, se identifique com o seu próprio género ou com a espécie humana, realizando em si o «universal concreto». Isto, que chamaram dialéctica marxista, é evidentemente metafísica, metafísica má e impossível sem dúvida.

Para realizar este impossível metafísico (e portanto também dialéctico) do indivíduo singular como universal e universal concreto, Marx recorre a um moralismo transcendente, não menos metafísico e igualmente erróneo, moralismo que, através de Hegel, recebera de Kant e da sua «razão prática» (isto é, a vontade) a postular e reconstruir tudo quanto a «razão pura» destruíra, moralismo e voluntarismo que o próprio Kant, pelo seu pietismo de formação, recebera da doutrina da justificação de Lutero, como este teria encontrado no nominalismo a razão filosófica da sua teologia da *fides sola* e *gratia sola*.

Concretizando este moralismo metafísico, Marx propõe-se destruir o capital e a propriedade privada, capital e propriedade que são o próprio pecado, são a origem de todos os males e de todo o pecado: só despojado de tudo o indivíduo pode identificar-se com a sua espécie, pode realizar o universal concreto. Em linguagem de catecismo, abolido o capital estão suprimidos os sete pecados capitais; e, automaticamente decerto, implantadas as sete virtudes contrárias...

De Freud se pensa que pôs em curso o materialismo erótico e o pansexualismo dos costumes. Sem querer absolvê-lo de certas culpas originais no que a baixa literatura esparrinhou por toda a parte, devemos reconhecer que, como cientista, a dinâmica do seu sistema, face às escolas de psiquiatria então vigentes que se ficavam pelo organicismo e fisiologismo, isto é, pela redução ao estudo das funções somáticas, ele dá às ciências psicológicas a sua própria auto-

nomia científica, restitui pois à *psychè* o seu lugar próprio no composto humano.

A psicanálise pode ser bem ou mal conduzida, correndo o risco de julgar o normal pelo anormal, mas de toda a maneira procura responder ao preceito que todo o homem, naturalmente mais o espiritual e religioso, reconhece em si: *nosce teipsum!*

Também a universalização do instinto de amor, ao lado e na alternativa do instinto da morte, a explicação da moralidade inter-humana e da socialidade pela sublimação dos instintos, o sentido da expiação duma falta primitiva (a morte do pai) na origem das sociedades humanas, etc., mereciam largas considerações que nem todas seriam negativas, qualquer que seja o juízo de valor global sobre o homem Freud e a sua ciência...

Três homens, três ciências humanas — antropologia cultural, sociologia e psicologia — que podem e deviam chamar-se mais exactamente ciências do espírito. E devemos reconhecer que também eles, esses três «*maîtres du soupçon*», como justamente lhes chamou Paul Ricoeur, se movem como que clandestinamente e a contragosto no terreno e aos níveis que sempre foram os da Igreja, nível cultural, metafísica e parateológico. Mestres da suspeição, lançam dúvidas e objecções contra a tradição cristã como a vêem à sua volta (a ambiência mental dos «mestres» era protestante) e apontam como ideal algo de novo, mais humano, nobre e eficaz; mas efectivamente não conseguem desprender-se das raízes cristãs, embora laicizadas, nem atingir ideais que superem o Evangelho, embora ultrapassem a prática dos cristãos comuns. Mestres da suspeição, tornaram-se mestres, donos e senhores da alma contemporânea: foram e ainda o são, porque, embora um pouco embaciados no seu brilho e sedução, ainda não foram substituídos no seu magistério e domínio. É pois através destes ou através dos seus epígonos que tem de dar-se o diálogo da Igreja com a Cultura.

Falar apenas com aqueles que acatam a doutrina e disciplina eclesiásticas é a Igreja a falar consigo mesma, é um monólogo de fala-só. Por outro lado, dialogar não é aceitar simplesmente a opinião ou posições do parceiro; mas tão-pouco pode ser um «curva a cerviz». Mesmo nos sistemas mais aberrantes há geralmente mais verdades do que erros: o mal é em geral do sistema, não da substância do que se pensa.

Mas a cultura nas suas fontes passa normalmente por sistemas. E os sistemas dos «mestres da suspeição», bem como os dos seus epígonos não escapam à regra: São falsos sistemas, assentes sobre um fundo de civilização cristã e para cristãos, aspirando talvez a um hipercristianismo surrealista.

Encarnação cultural de Cristo

«A encarnação humana de Cristo foi também uma encarnação cultural» — disse V. Santidade, para os intelectuais, em Coimbra.

Jesus de Nazaré nasceu e criou-se na cultura aramaica, que pelo seu núcleo era uma cultura israelítica dentro das culturas semíticas; não seria isso só que V. Santidade desejava focar ao considerar a encarnação cultural de Cristo. Atrevo-me a pensar que apontava para alguma coisa como aquilo que tentei esboçar no que levo escrito.

Aos que se perderam pelos caminhos dos *maîtres du soupçon*, caminhos de humanismo ateu, haveria que dizer, não que parem ou recuem nos seus caminhos, mas que avancem mais e mais nas sendas do humanismo, que procurem sondar até ao fundo os mistérios do homem; e que, se bem lograrem o fim da sua caminhada, encontrarão finalmente o Mistério absoluto e pessoal a que chamamos Deus e que é, segundo a palavra de Agostinho, *interior intimo meo, superior summo meo*.

A encarnação cultural de Cristo tem de repetir-se na Igreja, de idade em idade, de século a século. No século presente essa encarnação cultural da Igreja não pode deixar

de ser afectada pelos acidentes da cultura neste tempo. Há que reconhecer que chegámos hoje a uma crise da cultura, que só se pode definir na história como período de anti-cultura.

Nas letras e nas ciências, na poesia, na música e no teatro, nas artes plásticas e na arquitectura, na sociologia, na filosofia e na tecnologia, reconhece-se um estado de crise, que muitos abertamente confessam como estado de anti-cultura e não poucos cultivam francamente como tal, com aceitação e proveito material bem patentes. Com justificação avança-se geralmente que nos vários domínios todos os recursos estão esgotados, todas as experiências foram feitas, todos os caminhos foram encetados e se revelaram «caminhos de floresta», caminhos que morrem no mato e obrigam a romper passo novo. E assim culturalmente se vai agindo ou nos vamos agitando, à espera de novas formas de cultura.

Claro está que a crise cultural generalizada não pode deixar de reflectir-se na Sociedade e no Estado, quer nacional, quer internacionalmente. Fala-se duma crise geral da civilização, que se estão esgotando os meios e institutos civilizacionais, que os costumes particulares e públicos não respondem ao estado de liberdade de que felizmente nos dotamos. Assim, por exemplo, o Estado-Providência, generosa criação do nosso tempo, está em falência por toda a parte, falência financeira e económica resultante da falta de honestidade do cidadão para com esse Estado; mas não se vê maneira de corrigir ou reprimir os costumes que a tal falência conduzem. Como dizia o historiador clássico, não podemos já suportar os nossos males nem os seus remédios.

Evidentemente, se a humanidade se não destruir completamente a si mesma, deste ocaso nascerão novas auroras. E o novo dia muito vai esperar da Igreja, muito vai pedir ao espírito, que finalmente será o Espírito Santo.

Como bom prenúncio, já disse e permito-me repetir, que as «ciências humanas» são e devem sempre ser consideradas

ciências do Homem pessoal e social, portanto ciências do espírito.

E estas ciências vieram a procurar preencher o vazio do humano na cultura e na vida, deixado pela negação do divino autêntico na teoria e na prática das «Luzes» do século XVIII.

À falta dos conceitos da autocomunicação de Deus ao homem, da graça santificante do sobrenatural, responde o ideal nitzschiano do super-homem, um hipercristianismo de contradição, um contra-Evangelho de substituição.

À falta do sentido comunitário, da solidariedade inter-humana e institucional, da *Agápe* cristã do individualismo decimonónico, aparecem os comunismos vários, a metafísica marxiana do homem-género e do universal concreto.

À falta duma «teologia do corpo», do «sentido do dom» e do carácter «esposal» próprios do corpo humano — como V. Santidade ensinou, na Sua catequese — ao falso e obsessivo pudorismo, ao amartiocentrismo sexual, sucede a universal *Libido* freudiana, o pansexualismo com a sua sublimação individual e social, negando o pecado e o espírito.

Super-humanidade, Sociedade metafisicamente perfeita, amor libidinal são os ídolos do nosso tempo. Mas é bem preciso reconhecer que por detrás dos ídolos está sempre, mais ou menos longínquo, mais ou menos ignoto ou anónimo, o próprio Deus. Assim foi sempre na idolatria pagã, assim é na idolatria post-cristã deste tempo.

Cultura e culto

O homem não pode ser nem existir sem cultura: também não pode ser nem existir sem culto. Culto e cultura correspondem-se, interligam-se, actuam reciprocamente e desenvolvem-se a par. A cada cultura o seu culto: a cada culto a sua cultura.

Cultura e culto de Deus: no próprio Deus ou nos Seus ídolos.

Pôr em relevo esta relação entre culto e cultura leva-nos naturalmente a uma consideração final das relações entre a doutrina e culto do Deus único e o culto e doutrina das idolatrias multiformes. Sabemos dos esforços feitos através dos tempos para manter o puro monoteísmo e como esses esforços derivaram quer para um quer para outro lado.

No Israel antigo conhece-se o zelo sacerdotal em combater o culto dos ídolos, chegando para isso à destruição das memórias históricas mais compreensíveis, como a pedra do sonho de Jacob ou o *gilgal* elevado por Josué em memória da passagem do Jordão. A mesma defesa do monoteísmo se atribui ainda hoje, como missão histórica, o judaísmo ortodoxo. Sabe-se como tal esforço foi em grande parte baldado na vida pública de Israel, quer pela introdução dos ídolos circunvizinhos quer pela transformação do próprio templo em ídolo. Hoje a vertente desse zelo monoteísta será mais a contrária: a queda no deísmo, no racionalismo e finalmente no ateísmo.

Na pregação e culto do Islam, com a recusa da representação da figura humana ou animal para manter puro o culto de Alah, a história não será muito diferente, embora com outras aparências.

Também na história cristã a iconoclastia oriental ou protestante não terá deixado de ocasionar o avanço no sentido do racionalismo, do deísmo, do fideísmo, pietismo e moralismo, finalmente do ateísmo.

No catolicismo actual deve reconhecer-se igualmente a dificuldade de manter o equilíbrio entre a fé e culto do monoteísmo trinitário e várias tendências da religiosidade popular.

A actual desafeição pelo culto dos santos e suas representações plásticas pode sem dúvida invocar várias razões, no caso de se assumir conscientemente e portanto de passar do simples reconhecimento de mera mutação temporal de mentalidade religiosa ou geralmente cultural. Há muito vem sendo denunciada, mesmo por muitos «espirituais», essa

«barricada de santos» que fazem pontalha opaca contra Deus e o seu Cristo. Que há em certo culto das imagens, nas promessas e seu pagamento, em certo comércio *do ut des*, etc., vestígios evidentes de idolatria, que se torna clara mesmo entre nós mas muito mais nas Américas onde os nomes dos santos e as várias invocações da Virgem recobrem os deuses e deusas dos cultos africanos.

Mas ao procurar depurar o cristianismo destas excrescências da religiosidade natural (natural, humana e portanto infindamente renascente) não se deverá cair, sob a invocação da racionalidade, no puro racionalismo, no deísmo e no ateísmo. De aí nascerão os novos ídolos, que por vezes se revelam não menos devoradores de homens do que qualquer velho Moloch ou Baal...

Para considerar em concreto as relações entre a teologia e a liturgia do monoteísmo trinitário por um lado e a religiosidade popular cristã, pelo outro, haveria que considerar os vários estratos ou níveis culturais de cada povo ou comunidade humana, porque na verdade nem todos os que vivem no mesmo tempo são contemporâneos. Por isso é que a pastoral de massas, se pode ocasionalmente ter algum interesse, deve habitualmente ceder lugar à pastoral da pessoa ou do grupo. O modelo é sempre o Evangelho, em que turba, discipulado e apostolado têm níveis diferentes, recebem instrução correspondente ao seu nível e tornam-se objecto de exigências muito diversas.

Cultura e mass media

A pastoral de massas leva-nos naturalmente à consideração do problema dos *mass media* na pastoral, designadamente da Radiodifusão e da Televisão. Se já outrora quem pregava devia estar mais atento aos que não estavam ali na igreja ou não afinavam pelo tom comum da assembleia, hoje que a palavra e a acção litúrgica são lançadas *super tecta* e penetram em toda a parte, quanto cuidado não deverá haver

para que se não viole na difusão da doutrina e moral religiosas aquele princípio primeiro da farmacopeia e terapêutica — *ne quid mali faciat!*

Talvez devesse começar por perguntar-se se a liturgia sacramental e sobretudo eucarística, que deve desenvolver-se num ambiente sagrado em ritmo de oração, recolhimento, fé convivida e corpo místico, estará bem derramada pelas ruas, nos cafés e tabernas, no meio do barulho e de espectáculos profanos ou mais que profanos. Sempre foi difícil dar bem o sagrado em espectáculo, sempre o sublime convizinhou com o ridículo; mas agora, com o «direito» dos *media*... direito a pôr o mais íntimo, pessoal e sagrado em espectáculo!

Pode dizer-se que o diálogo da Igreja com a Cultura exige tudo isto; mas, admitindo mesmo que aí ainda seja terreno de cultura, não podemos esquecer que o diálogo da Igreja é, histórica e primacialmente, com a alta Cultura, de que estes meios e espectáculos são apenas reflexos, decerto muito longínquos, se mesmo ainda culturais.

E o diálogo com a alta Cultura vai, de degrau em degrau, encontrar-se com os «mestres da suspeição», os quais feitos mestres, donos e senhores da Cultura ou da alma contemporânea, agora já um pouco deslustrados e talvez postos eles próprios um pouco em certa suspeição, continuam a sê-lo — eles ou os seus epígonos — porque ainda não foram substituídos. Nada e ninguém acabou enquanto não foi substituído...

Conclusão

Mas recolhamos já as velas de tão larga navegação que, apesar de longa e cansativa, deixou ainda por explorar mares incógnitos e alguns porventura tenebrosos...

Só me resta agradecer a Vossa Santidade tudo quanto indefessamente tem feito, pela presença, pela palavra e pela acção, a favor da Cultura que, como V. Santidade tem dito,

faz o homem e é o Homem, a caminho portanto de Deus em Cristo Jesus. Pois com a palavra de S. Agostinho, *Idem Ipse est Deus et homo, quo itur Deus, qua itur homo.*

Com renovados sentimentos de adesão e veneração me subscrevo

De Vossa Santidade

M.^{to} grato e dedicado no Senhor

† António Ferreira Gomes,
(Bispo resignatário do Porto)

Ermesinde — Porto.

Julho de 1983